

ANEXO 04

ESTRUTURA TARIFÁRIA E FREE FLOW

CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE RODOANEL NORTE

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. O presente ANEXO tem por objetivo definir as condições e as normas que deverão reger a ESTRUTURA TARIFÁRIA pertinente à CONCESSÃO, assim como disciplinar o mecanismo de cobrança automática por meio do FREE FLOW.
- 1.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável por implantar, manter e gerenciar o sistema FREE FLOW, composto por equipamentos, sensores e sistemas instalados em pórticos ao longo do SISTEMA RODOVIÁRIO, que registra a passagem do veículo para cobrança de pedágio sem a necessidade de parada do veículo e sem bloqueios físicos.
- 1.3. O FREE FLOW deverá permitir a identificação dos pontos de entrada e saída de cada USUÁRIO, de modo que a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO seja feita de acordo com os seguintes TRECHOS DE COBERTURA DE PEDÁGIO (TCP), observada a disciplina disposta no item 5:

TABELA 1 – LISTA DE TCPS

TCP	Pista	Tipo de Cobrança	Estaca Entrada	Referência Entrada	Estaca Saída	Referência Saída	Extensão
1	Interna	Pórtico – free flow	1000	Trecho Oeste do Rodoanel/Av. Raimundo Pereira de Magalhães	4217	Rod. Fernão Dias	19.29
2	Interna	Pórtico – free flow	4217	Rod. Fernão Dias	6597	Trecho Leste do Rodoanel/Rod. Pres. Dutra	26.56
3	Interna	Pórtico – free flow	1000	Trecho Oeste do Rodoanel/Av. Raimundo Pereira de Magalhães	6597	Trecho Leste do Rodoanel/Rod. Pres. Dutra	45.85
4	Externa	Pórtico – free flow	1000	Trecho Leste do Rodoanel/Rod. Pres. Dutra	4218	Rod. Fernão Dias	26.56
5	Externa	Pórtico – free flow	4218	Rod. Fernão Dias	6597	Trecho Oeste do Rodoanel/Av. Raimundo Pereira de Magalhães	19.29
6	Externa	Pórtico – free flow	1000	Trecho Leste do Rodoanel/Rod. Pres. Dutra	6597	Trecho Oeste do Rodoanel/Av. Raimundo Pereira de Magalhães	45.85

2. SISTEMA OPERACIONAL DE ARRECADAÇÃO

- 2.1. O sistema operacional de arrecadação na modalidade FREE FLOW deverá contemplar, no mínimo:
 - 2.1.1. Pórtico a ser localizado nos acessos à rodovia que não impeça a entrada ou saída de nenhum tipo de veículo que não tenha utilização controlada;
 - 2.1.2. Radar fixo para cada pista integrante do respectivo acesso;
 - 2.1.3. Sensores de eixos (identificando e registrando os eixos que tocam o solo e os que não tocam), para identificação dos veículos que utilizarem o respectivo acesso;
 - 2.1.4. Sistema de vídeo-registro com a função de reconhecimento ótico de caracteres (OCR) que seja capaz de registrar as informações tanto do emplacamento traseiro, quanto o dianteiro, dos veículos que utilizarem o respectivo acesso;
 - 2.1.5. Sistema de arrecadação que viabilize o pagamento eletrônico, por meio de AVI e/ou outra tecnologia disponível, garantindo-se a interoperabilidade com os sistemas atualmente implantados, de acordo com os normativos pertinentes da ARTESP;
 - 2.1.6. Sistema de sinalização que permita ao USUÁRIO visualizar o valor de TARIFA DE PEDÁGIO, conforme item 2.7 abaixo.
- 2.2. Os pórticos deverão abrigar os equipamentos necessários para registrar a entrada e saída dos USUÁRIOS do SISTEMA RODOVIÁRIO, bem como viabilizar as funcionalidades exigidas no âmbito do sistema de arrecadação.
- 2.3. Os pórticos deverão estar protegidos com dispositivos de contenção viária de forma a atender às normas vigentes e pertinentes na época de implantação e o disposto no ANEXO 06.
- 2.4. Caberá à CONCESSIONÁRIA posicionar os pórticos de identificação e cobrança dos USUÁRIOS de modo a permitir a cobrança de acordo com o TCP percorrido.
- 2.5. Está vedada a implantação de dispositivo de controle de acesso ou passagem (cancela) nas entradas e saídas do SISTEMA RODOVIÁRIO.
- 2.6. A CONCESSIONÁRIA deverá observar a Portaria ARTESP nº 97, de 22 de dezembro de 2020, ou regulamentação vigente, no que tange aos requisitos regulamentares para implantação, operação e manutenção de Sistema de Monitoramento de Informações de Pedágio.
- 2.7. O sistema de sinalização responsável por informar ao USUÁRIO o valor da TARIFA DE PEDÁGIO vigente para determinada TCP deverá, no mínimo, (i) ser posicionado nas entradas e saídas do SISTEMA RODOVIÁRIO, em cada sentido de trânsito, e (ii) indicar o valor da TARIFA DE PEDÁGIO referente à CATEGORIA 1 para os TCPs aplicáveis.
- 2.8. A CONCESSIONÁRIA poderá sugerir posicionamentos distintos do sistema de sinalização, que somente poderão ser implantados mediante aprovação da ARTESP.
- 2.9. A CONCESSIONÁRIA também deverá disponibilizar em seu sítio na internet e demais plataformas pertinentes (e.g. aplicativo para celulares) os valores de TARIFA DE PEDÁGIO vigentes de todas as CATEGORIAS, para cada TCP.
- 2.10. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implantar sistema, plenamente auditável, que seja capaz de disponibilizar as informações geradas pelos sistemas de cobrança eletrônica à ARTESP, inclusive quanto a identificação de veículos infratores, observado o disposto no ANEXO 05 e no ANEXO 26.
 - 2.10.1. O exame dos registros e a identificação do veículo infrator, seguido de eventuais emissões de autos de infração, será da responsabilidade do DER/SP, nos termos do

presente ANEXO.

2.10.1.1. A ARTESP e a CONCESSIONÁRIA deverão celebrar, até 60 (sessenta) dias do prazo estimado para o início da OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA, ou, se o caso, da OPERAÇÃO COMERCIAL PARCIAL, convênio junto ao DER/SP para viabilizar a transferência de informação relacionada ao registro de infrações de trânsito, inclusive no tocante aos USUÁRIOS INADIMPLENTES, a fim de auxiliar a emissão de autos de infração pelo DER/SP e apuração do AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES, observadas as diretrizes do presente ANEXO.

2.10.2. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o monitoramento da qualidade dos registros dos veículos infratores, de forma a garantir o atendimento aos padrões e requisitos estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE e pelas especificações técnicas da ARTESP. Serão descartados os registros cuja qualidade comprometa sua utilização para a emissão dos autos de infração, sendo certo que as transações relacionadas não poderão ser contabilizadas para fins do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda disciplinado em CONTRATO, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no CONTRATO e ANEXO 11.

2.10.2.1. Os equipamentos do sistema de arrecadação deverão armazenar os registros por período mínimo de 30 (trinta) dias nos próprios PÓRTICOS, sendo que a CONCESSIONÁRIA deverá manter os dados armazenados e disponíveis à ARTESP por todo o PRAZO DA CONCESSÃO.

2.11. O sistema FREE FLOW deverá operar todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Será registrado o tempo diário de inoperância para todos os elementos do sistema, para fins de cálculo do tempo de inoperância mensal. Nos casos em que houver inoperância de equipamentos em virtude de falhas, manutenção e/ou procedimentos de certificação, devem ser atendidos os procedimentos, prazos e demais condições formalmente estabelecidas pela ARTESP e PODER CONCEDENTE.

2.12. A CONCESSIONÁRIA poderá fechar seções das faixas de rolamento sob os PÓRTICOS para a realização de procedimentos de manutenção e/ou certificação, caso necessário e mediante comunicação prévia à ARTESP, desde que não inviabilize a entrada ou saída de usuários no SISTEMA RODOVIÁRIO.

2.13. Os procedimentos previstos neste ANEXO poderão ser revistos, mediante acordo entre as PARTES e a ARTESP, para sua maior efetividade, inclusive em caso de superveniência de norma específica que disponha sobre sistema de cobrança por FLUXO LIVRE.

3. INÍCIO DE OPERAÇÃO COMERCIAL

3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema de pedágio que atenda ao modelo operacional especificado nos ANEXOS 05 e 07, promovendo sua permanente atualização e sua crescente automação, bem como adequação às políticas e programas implantados pelo PODER CONCEDENTE que tenha impacto na forma de arrecadação das tarifas de pedágio, sem prejuízo das demais previsões do CONTRATO e ANEXOS.

Início de Operação Comercial dos pórticos de cobrança

3.2. A CONCESSIONÁRIA somente poderá solicitar autorização para iniciar a operação dos PÓRTICOS referentes ao segmento cuja operação será solicitada, quando:

3.2.1. Tiver concluído os respectivos investimentos previstos no CONTRATO e ANEXOS relativos às OBRAS DE IMPLANTAÇÃO do SISTEMA RODOVIÁRIO observado o disposto no CONTRATO e ANEXOS;

3.2.2. Tiver implantado os respectivos dispositivos operacionais do Rodoanel Norte, dispostos no Tabela 1 do ANEXO 02;

3.2.3. Tiver concluído o Programa Inicial (PI), especificado no ANEXO 06;

- 3.2.4. Tiver concluído os investimentos necessários para a implantação do sistema operacional de arrecadação;
- 3.2.5. Tiver obtido as licenças necessárias para a operação do respectivo segmento do SISTEMA RODOVIÁRIO, como a LICENÇA DE OPERAÇÃO;
- 3.2.6. Comprovar a abertura da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, da CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO e da CONTA FREE FLOW, nos termos do APÊNDICE D e APÊNDICE E; e
- 3.2.7. Tiver concluído a implantação da PLATAFORMA FF.
- 3.3. Os pórticos, bem como os demais equipamentos e sistemas relacionados ao FREE FLOW, deverão entrar em operação observando o disposto no ANEXO 05.
- 3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá transferir integralmente os valores arrecadados por meio da cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO à CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do APÊNDICE D.
 - 3.4.1. A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso venha a receber diretamente quaisquer valores provenientes da arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO, deverá providenciar o depósito da totalidade dos valores recebidos na CONTA CENTRALIZADORA no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento, sendo vedada a realização de compensação quanto a quaisquer créditos que possa ter em face do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP.
- 3.5. Após recebida a solicitação apresentada pela CONCESSIONÁRIA, em até 30 (trinta) dias, (i) a ARTESP deverá verificar o efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas acima e (ii) o PODER CONCEDENTE deverá realizar a homologação com base nas informações e documentos fornecidos pela ARTESP.
- 3.6. Em caso de não validação quanto ao efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas do item 3.2. acima, a ARTESP comunicará à CONCESSIONÁRIA quanto às inconsistências e inadequações com as suas devidas justificativas, cabendo à CONCESSIONÁRIA regularizar e pleitear novamente a autorização para dar início à operação dos PÓRTICOS.
- 3.7. O Sistema Operacional de Arrecadação de Pedágio deverá atender a todas as normas e especificações mencionadas nos ANEXOS, especialmente ao ANEXO 05.
- 3.8. A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu exclusivo critério, solicitar à ARTESP o início de OPERAÇÃO COMERCIAL PARCIAL do SISTEMA RODOVIÁRIO com ativação faseada dos pórticos, a depender dos avanços das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, conforme regramento definido no CONTRATO.
- 3.9. A ARTESP deverá avaliar o pedido levando em consideração os critérios previstos neste ANEXO e no ANEXO 05 e 07 relativos à autorização para início de operação dos PÓRTICOS.
- 3.10. A partir da DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL PARCIAL, passam a ser devidos os valores a título ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO.

4. ALTERAÇÕES FUTURAS

- 4.1. Após a assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá propor o redimensionamento dos TCP e reposicionamento dos PÓRTICOS, conforme prévia e expressa aprovação da ARTESP, sempre em conformidade com os critérios básicos do presente ANEXO e sem prejuízo do nível dos serviços oferecidos ao USUÁRIO e do cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no ANEXO 03.
- 4.2. A CONCESSIONÁRIA poderá propor um plano de tarifas variáveis ou dinâmicas, sujeito a

prévia aprovação da ARTESP e, conforme o caso, do PODER CONCEDENTE, com objetivo de otimizar o uso, induzir demanda e melhorar a fluidez e níveis de serviço do SISTEMA RODOVIÁRIO, observando-se o princípio da isonomia.

4.2.1. Os termos dos eventuais planos de tarifas variáveis ou dinâmicas, sejam eles de ordem operacional, de investimentos, econômico-financeira, entre outros, serão acordados entre as PARTES, inclusive quanto a eventual reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro.

4.3. O plano de tarifas variáveis ou dinâmicas poderá definir valores diferentes dos previstos em CONTRATO para as tarifas de pedágio para diferentes categorias, dias da semana e horários, bem como apresentar cobranças tarifárias que considerem parâmetros distintos da sistemática de cobranças por eixos, tais como cobrança por categoria, peso e volume, se viável operacionalmente.

4.4. A avaliação de eventual pleito de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de planos de tarifas variáveis ou dinâmicas levará em conta o volume de veículos por eixos equivalentes e o valor da TARIFA DE PEDÁGIO fixada para CATEGORIA 1.

5. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CONTRATO

5.1. Base Tarifária

5.1.1. As TARIFAS DE PEDÁGIO são definidas tendo como referência uma TARIFA QUILOMÉTRICA base, definida para o mês de março/2022 cujos valores foram considerados na elaboração do estudo de viabilidade econômico-financeira e têm como valor de referência o equivalente a R\$ 0,15000/km (zero vírgula quinze reais por quilômetro).

5.1.2. A cobrança pelo AVI deverá considerar um desconto mínimo de 5% (cinco por cento) em relação ao valor acima indicado, considerando as regras de arredondamento previstas no item 9 deste ANEXO.

5.2. Classificação dos Veículos

5.2.1. A determinação do valor da TARIFA DE PEDÁGIO a ser cobrada por meio dos PÓRTICOS levará em conta, além do trecho de cobertura, um Multiplicador de Tarifa correspondente a cada tipo de veículo, conforme estabelece a tabela a seguir, que categoriza os veículos pelo tipo, pelo número de eixos e pela característica de rodagem.

TABELA 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULO

CAT	TIPO	Nº EIXOS	RODAGEM	MULTIPLICADOR
1	AUTOMÓVEL, CAMINHONETA, TRICICLO E FURGÃO	2	SIMPLES	1
2	CAMINHÃO LEVE, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÃO TRATOR E FURGÃO	2	DUPLA	2
3	CAMINHÃO TRATOR, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE E ÔNIBUS	3	DUPLA	3
4	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	4	DUPLA	4
5	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	5	DUPLA	5

6	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	6	DUPLA	6
7	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM SEMI REBOQUE	3	SIMPLES	1,5
8	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM REBOQUE	4	SIMPLES	2
9	MOTOCICLETA, MOTONETA E BICICLETA A MOTOR	2	SIMPLES	0,5
-	VEÍCULOS OFICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA MILITAR – ISENTOS	-	-	0

OBSERVAÇÕES:

- I. Rodagem traseira de pneus, do tipo “single” ou “supersingle”, é equivalente a dupla, para efeito da estrutura tarifária aqui definida.
- II. Sem prejuízo da TARIFA DE PEDÁGIO calculada conforme a tabela acima, incidirá adicional conforme norma do Conselho Nacional de Trânsito (“CONTRAN”) aplicável, em função do peso total dos veículos a ela sujeitos.

5.3. Determinação do valor da TARIFA DE PEDÁGIO

5.3.1. A TARIFA DE PEDÁGIO que será cobrada nos PÓRTICOS e comporá a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA será determinada levando em conta a TARIFA QUILOMÉTRICA indicada no item 5.1.1 acima, a extensão do respectivo TCP percorrido pelo USUÁRIO e o Multiplicador da Tarifa correspondente a cada categoria de veículo, observando-se a seguinte fórmula:

FÓRMULA 1:

$$TFF_t = TQ_t \times TCP \times Multiplicador$$

Onde,

TFF_t É a TARIFA DE PEDÁGIO a ser cobrada de cada USUÁRIO no ano t .
 TQ_t É a TARIFA QUILOMÉTRICA indicada no item 5.1 acima e atualizada conforme o item 5.4.
 TCP É o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO conforme disposto na TABELA 1.

$Multiplicador$ É o valor estipulado para cada categoria de veículo conforme TABELA 2.

5.4. Validade e Atualização Tarifária

5.4.1 As Tarifas e atualização monetária do CONTRATO devem ser preservadas.

5.4.2 Os valores das TARIFAS DE PEDÁGIO deverão ser ajustados, utilizando-se a fórmula e os procedimentos explicitados a seguir.

FÓRMULA 2:

5.4.3 Para o primeiro ano contratual, a TARIFA QUILOMÉTRICA será atualizada por meio da seguinte fórmula:

$$TQ_0 = TQ_{\text{março}/2022} \times \frac{IPCA_0}{IPCA_{\text{março}/2022}}$$

Onde,

TQ_0 É a TARIFA QUILOMÉTRICA no primeiro ano contratual.

$TQ_{\text{março}/2022}$	É a TARIFA QUILOMÉTRICA em março/2022, conforme item 5.1.1.
$IPCA_0$	É o número índice ¹ do IPCA do segundo mês anterior à data de assinatura do CONTRATO.
$IPCA_{\text{março}/2022}$	É o número índice ² do IPCA referente à março/2022.

FÓRMULA 3

5.4.4 A TARIFA QUILOMÉTRICA a partir do segundo ano contratual será reajustada por meio da seguinte fórmula, sendo o primeiro reajuste realizado no primeiro mês do segundo ano contratual, e os demais realizados anualmente a partir da data do reajuste anterior, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei nº 9.069 de 29 de junho de 1.995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente:

$$TQ_t = TQ_{\text{março}/2022} \times \frac{IPCA_t}{IPCA_{\text{março}/2022}}$$

Onde,

TQ_t	É a TARIFA QUILOMÉTRICA no ano contratual t.
$TQ_{\text{março}/2022}$	É a TARIFA QUILOMÉTRICA em março/2022, conforme o item 5.4.
$IPCA_t$	É o número índice ³ do IPCA do segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual t.
$IPCA_{\text{março}/2022}$	É o número índice ⁴ do IPCA referente a março/2022.

5.5. Incidência de Coeficiente De Desempenho Dos Serviços Prestados (CSP)

5.5.1. A RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA e a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA levarão em consideração a incidência do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) previsto no ANEXO 03.

5.5.2. A CONCESSIONÁRIA fará jus à RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA, correspondente à somatória das receitas obtidas por meio da tarifa calculada de acordo com a Fórmula 4.

FÓRMULA 4:

$$TFFD_t = TFF_t \times (0,90 + 0,10IQD)$$

Onde,

$TFFD_t$	É a TARIFA DE PEDÁGIO DEVIDA reajustada para o ano t do CONTRATO.
TFF_t	É a TARIFA DE PEDÁGIO reajustada para o ano t do CONTRATO.
IQD	É o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) previsto no ANEXO 3.

5.5.3. A CONCESSIONÁRIA fará jus à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA, correspondente à aplicação do IQD sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA, de acordo com a Fórmula 5:

FÓRMULA 5:

¹ Dezembro de 93 = 100.

² Dezembro de 93 = 100.

³ Dezembro de 93 = 100.

⁴ Dezembro de 93 = 100.

$$CPE_t = CPF_t \times (0,90 + 0,10IQD)$$

Onde,

CPE_t	É a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA reajustada para o ano t do CONTRATO.
CPF_t	É a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA reajustada para o ano t do CONTRATO.
IQD	É o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) previsto no ANEXO 3.

5.5.4. Os valores pagos pelos USUÁRIOS a título de TARIFA DE PEDÁGIO, que compõem a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, assim como o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA, apurado mensalmente nos termos do ANEXO 26, deverão ser depositados na CONTA CENTRALIZADORA. O processamento dos recursos transitados pela CONTA CENTRALIZADORA está regrado conforme a minuta que figura como APÊNDICE D.

5.5.5. A aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) poderá ser revista a pedido da CONCESSIONÁRIA, em processo administrativo próprio, caso haja a comprovação de que os índices referentes ao IQD foram impactados pela materialização de algum risco assumido pelo PODER CONCEDENTE ou pela ocorrência de erros na apuração dos referidos índices, conforme regramento do CONTRATO.

5.5.6. A instauração de processo administrativo com base na disposição acima não suspende a apuração e aplicação do valor referente ao IQD para o respectivo ano contratual.

5.6. Saldo em Favor da Concessão

5.6.1 O SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$SRPC_d = \sum RTB - RTD$$

Onde,

$SRPC_d$	É o SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO calculado em determinado dia de operação.
RTB	É a soma da RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, conforme o disposto em 5.3 deste ANEXO, com a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA, nos termos do ANEXO 26.
RTD	É a soma da RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA conforme disposto em 5.5 deste ANEXO, com a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA, nos termos do item.

5.6.2 O $SRPC_d$ deverá ser apurado diariamente e o valor resultante transferido, pelo BANCO DEPOSITÁRIO, da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, nos termos do APÊNDICE D e APÊNDICE E.

5.6.3 Ao final de cada ano contratual, em até 30 dias, serão apurados os valores finais de SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA. Caso haja diferença entre os valores depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO naquele ano e o SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO final calculado para o mesmo ano:

- (i) Se positiva, a ARTESP deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, comunicar o BANCO DEPOSITÁRIO para que transfira o valor excedente para conta corrente de livre movimentação da CONCESSIONÁRIA;

- (ii) Se negativa, a CONCESSIONÁRIA deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor faltante para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO.

5.7. Aprovação das Tarifas

- 5.7.1 Os cálculos dos valores atualizados da TARIFA QUILOMÉTRICA e da TARIFA DEVIDA serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a metodologia especificada neste ANEXO e apresentados à apreciação da ARTESP para verificação de consistência.
- 5.7.2 A ARTESP deverá avaliar se aprova o cálculo apresentado pela CONCESSIONÁRIA em até 15 (quinze) dias contados de seu recebimento.
- 5.7.3 Em caso de inconsistência ou dúvidas relacionadas ao cálculo dos valores atualizados da TARIFA QUILOMÉTRICA e/ou da TARIFA DEVIDA apresentado pela CONCESSIONÁRIA, deverá a ARTESP notificar a CONCESSIONÁRIA para saneamento, hipótese na qual se aplicar-se-á o prazo disposto no item 5.7.2 após reapresentação do cálculo.
- 5.7.4 A ARTESP não poderá se abster de aprovar o cálculo da TARIFA QUILOMÉTRICA ou da TARIFA DEVIDA no prazo indicado no item 5.7.2 caso a inconsistência seja constatada em apenas um dos cálculos.
- 5.7.5 A aprovação do cálculo não permite o início da aplicação das novas tarifas, que deverá ocorrer apenas quando do momento em que são devidas, nos termos deste ANEXO.

5.8. Alteração do Índice de Atualização Monetária Contratual

- 5.8.1 Na ausência do índice selecionado para cálculo de reajuste, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, de comum acordo, escolherão outro índice que melhor reflita a variação indicada atualmente pelo IPCA/IBGE.

6. ISENÇÕES

- 6.1. Terão trânsito livre e ficam, portanto, isentos do pagamento de pedágio os veículos:

- (i) de propriedade do PODER CONCEDENTE e da ARTESP;
- (ii) de propriedade do Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- (iii) de atendimento público de emergência, tais como, do corpo de bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;
- (iv) das forças militares, quando em instrução ou manobra; e
- (v) de categoria oficial, integrantes da frota dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público e da Defensoria Pública, todos do Estado de São Paulo, bem como os locados em caráter não eventual, para utilização em serviço público permanente ou de longa duração desde que cadastrados no Grupo Central de Transportes Internos - GCTI, do Estado de São Paulo, devendo todos ser credenciados pela ARTESP, na forma regulamentada.

7. VEDAÇÃO DE PRIVILÉGIOS TARIFÁRIOS ESPECÍFICOS

- 7.1. É vedado à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de USUÁRIOS, exceto:

- 7.1.1. no cumprimento de Lei, a qual deverá especificar as fontes de recursos para ressarcimento da CONCESSIONÁRIA, ou

7.1.2. se previamente autorizado pela ARTESP, no contexto de plano de tarifas variáveis, ou dinâmicas.

8. PROMOÇÕES E DESCONTOS

- 8.1. A CONCESSIONÁRIA, a seu critério, por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, não relacionadas ao plano de tarifa variável ou dinâmica, sem que isso possa gerar qualquer direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO. Nessa hipótese, para apuração da TARIFA DEVIDA e cálculo da Fórmula 4 será considerado o respectivo desconto ou isenção praticados.

9. CRITÉRIO DE ARREDONDAMENTO

- 9.1. A TARIFA DE PEDÁGIO e a TARIFA DEVIDA serão expressas em reais e centavos, sendo certo que deverão ser desconsideradas as casas além dos centavos e, em seguida, não efetuado nenhum arredondamento.

10. CONTROLE E OPERAÇÃO DO PEDÁGIO

Responsabilidades da CONCESSIONÁRIA

- 10.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, no âmbito da implantação e gerenciamento do sistema FREE FLOW, sem prejuízo das demais exigências correlatas, dispostas no CONTRATO e ANEXOS:
- 10.1.1. Observar, de maneira estrita, o disposto neste ANEXO e no CONTRATO;
 - 10.1.2. Identificar os veículos que não efetuarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO por meio das modalidades e nos prazos disponibilizados, nos termos deste ANEXO, e da legislação e normativas aplicáveis;
 - 10.1.3. Disponibilizar plataformas digital e física para pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, que seja plenamente auditável, para os USUÁRIOS que não efetuarem o pagamento automático e imediato, por meio dos meios de pagamento disponibilizados, desde o início da operação dos PÓRTICOS (PLATAFORMA FF);
 - 10.1.4. Elaborar relatório mensal contendo, no mínimo, os registros, evidências e memórias de cálculo para contabilização das evasões ocorridas nos PÓRTICOS, nos termos do item 10.2.1, bem como da receita tarifária que seria auferida caso as evasões não tivessem ocorrido, a fim de subsidiar as informações exigidas no âmbito do mecanismo de pagamento deste CONTRATO;
 - 10.1.4.1. Observado o disposto no ANEXO 26, estas informações deverão ser plenamente auditáveis e atender aos requisitos de registro e disponibilização aplicáveis aos dados relativos aos veículos infratores, nos termos do ANEXO 05, além de permanecerem armazenadas pela CONCESSIONÁRIA ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO.
 - 10.1.5. Manter placas informativas com valores atualizados das TARIFAS, indicando as formas de pagamento da TARIFA disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA;
 - 10.1.6. Sinalizar as pistas;
 - 10.1.7. Permitir a fiscalização da arrecadação;
 - 10.1.8. Elaborar mapas estatísticos de tráfego e receita;
 - 10.1.9. Registrar as ocorrências principais e mais significativas;
 - 10.1.10. Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos;

- 10.1.11. Controlar a arrecadação por TCP, data, horário e demais procedimentos de compartilhamento de informações estipulados pela ARTESP;
- 10.1.12. Prestar atendimento e garantir informação sobre as TARIFAS DE PEDÁGIO ao USUÁRIO;
- 10.1.13. Disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado nos TCPs, em tempo real (on-line) por meio eletrônico, para a ARTESP ou a quem ela designar, nos três níveis de registro, a saber:
 - (i) Informação física do registro da passagem do veículo quando da ocorrência do sensor de pista;
 - (ii) Informação do registro das imagens das câmeras instaladas nas PÓRTICOS e informação do registro físico de tráfego;
- 10.1.14. Permitir a integração das informações com o CCI conforme os termos estabelecidos CONTRATO.

10.2. Plataforma FF

- 10.2.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela implantação e gerenciamento da PLATAFORMA FF, plenamente auditável, que deverá possibilitar que os USUÁRIOS que não efetuaram o pagamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO, em relação à utilização do SISTEMA RODOVIÁRIO, o façam posteriormente, nos prazos e nas condições estabelecidos neste ANEXO, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela adoção de todos os procedimentos necessários e pelo pagamento de todos custos e despesas aplicáveis.
- 10.2.2. O USUÁRIO que não tiver efetuado o pagamento automático e imediato durante a sua passagem pelo PÓRTICO (i) por não deter dispositivo AVI; ou, (ii) detendo dispositivo AVI, não haver processamento do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, deverá realizar o pagamento por meio da PLATAFORMA FF, no prazo de 15 (quinze) dias da passagem pelo respectivo PÓRTICO do SISTEMA RODOVIÁRIO.
 - 10.2.2.1. O prazo indicado no item 10.2.2, acima pode ser alterado caso sobrevenha eventual regulação de trânsito sobre o tema que determine prazo específico para pagamento.
- 10.2.3. A não efetivação do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO pelo USUÁRIO, no prazo indicado no item 10.2.2 e observado disposto no item 10.2.2.1, constituirá evasão para fins do CONTRATO e acarretará a emissão de auto de infração por evasão pelo DER/SP, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
 - 10.2.3.1. A utilização do SISTEMA RODOVIÁRIO por USUÁRIO que não detenha dispositivo AVI não é caracterizada como infração de trânsito, de modo que o USUÁRIO somente será autuado por evasão caso deixe de efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO na forma estabelecida no item 10.2.2, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.
 - 10.2.3.2. O USUÁRIO que detiver dispositivo AVI, mas tenha deixado de realizar o pagamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO durante a sua passagem pelo PÓRTICO por falta de processamento do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, deverá ser comunicado pela CONCESSIONÁRIA, diretamente por meio de OSA, da necessidade de realizar pagamento por intermédio da PLATAFORMA FF, caracterizando-se a evasão, para fins de autuação, caso não haja pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado de sua cientificação.
 - 10.2.3.3. O prazo para o DER/SP emitir o auto de infração será contado a partir da

materialização da infração de trânsito, ou seja, no dia seguinte ao exaurimento do prazo concedido ao USUÁRIO para realizar o pagamento voluntário na PLATAFORMA a ser implantada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 10.2.2, e observado o disposto no item 10.2.3.2.

- 10.2.4. Caso o USUÁRIO venha a realizar o pagamento dentro do prazo descrito no item 10.2.2, a receita auferida será devidamente registrada e comporá a RECEITA TARIFÁRIA.
- 10.2.5. A PLATAFORMA FF deverá permitir que todos os USUÁRIOS que tiverem utilizado o SISTEMA RODOVIÁRIO possam efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO devida pela passagem pelo PÓRTICO, utilizando os meios de pagamento eletrônico previstos na legislação e regulação competente.
- 10.2.6. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, por meio da PLATAFORMA FF, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste ANEXO e no ANEXOS 05, página com instruções sobre as modalidades e os procedimentos para o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do sistema FREE FLOW.
- 10.2.7. O regramento disposto neste ANEXO poderá ser alterado ou adequado a eventual norma superveniente, em especial daquelas emanadas pelo CONTRAN, que regulamente aspectos relacionados à autuação de usuários infratores, notadamente em relação às condições, procedimentos pertinentes, forma de identificação dos veículos e emissão das competentes autuações.

11. NORMAS OPERACIONAIS

- 11.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, no âmbito do PROGRAMA INICIAL, apresentar à ARTESP, para aprovação, as NORMAS OPERACIONAIS que estabelecerão as instruções para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, acidentes e outros.

12. COBRANÇA COERCITIVA DE TARIFA PELO PODER CONCEDENTE

- 12.1. A CONCESSIONÁRIA deverá identificar os veículos dos USUÁRIOS que não efetuarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO por meio das modalidades permitidas e nos prazos disponibilizados, conforme previsto neste ANEXO.
- 12.2. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar semanalmente para o DER/SP relatório contendo, no mínimo:
 - (i) os registros, as evidências e as informações que possibilitem ao DER/SP emitir as multas de evasão, nos termos dos artigos 209-A e 280 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157 de 1º de junho de 2021, quais sejam: local, data e hora do cometimento da infração, caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos solicitados pelo DER/SP, desde que imprescindíveis para a emissão das multas, observada a regulação vigente.
 - (ii) os registros e as evidências que indiquem o número de eixos tocantes e não tocantes no solo e categoria de cada USUÁRIO INADIMPLENTE.
- 12.2.1. Para o envio das informações indicadas no item 12.2, inciso (i), a CONCESSIONÁRIA deverá considerar a base de dados dos USUÁRIOS isentos, nos termos deste ANEXO.
- 12.2.2. As informações enviadas pela CONCESSIONÁRIA semanalmente, nos termos do item 12.2, não poderão conter registros com mais de 7 (sete) dias de antecedência à data do envio ao DER/SP.
- 12.3. As informações mencionadas no item 12.2 deverão ser entregues de forma passível de

auditoria e atender aos requisitos de registro e disponibilização aplicáveis aos dados relativos aos veículos dos USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do ANEXO 05.

- 12.3.1. As informações do item 12.2 deverão ser auditadas anualmente por empresa especializada de auditoria independente, idônea e de notória especialização, devendo o relatório de auditoria ser encaminhado ao DER/SP e à ARTESP em até 15 (quinze) dias de sua emissão.
- 12.3.2. Eventuais divergências entre os dados considerados pela ARTESP para fins da AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES e os dados finais objeto de auditoria deverão ser ajustados e compensados em cada REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO.
- 12.3.3. Independentemente dos ajustes indicados no item 12.3.2, acima, o DER/SP ou a ARTESP poderão, na eventualidade de identificarem qualquer indício de fraude, erro ou divergência nas informações prestadas periodicamente pela CONCESSIONÁRIA, exigir que a CONCESSIONÁRIA promova, às suas expensas, a contratação de auditoria independente, necessariamente diferente da empresa de auditoria que tiver realizado a auditoria mencionada no item 12.3.1 para o ciclo de REVISÃO ORDINÁRIA imediatamente anterior, para realização de auditoria extraordinária nos dados transmitidos pela CONCESSIONÁRIA, devendo os resultados de tal atividade serem apresentados diretamente à ARTESP e/ou DER/SP para adoção das providências cabíveis.
- 12.3.4. O DER/SP deverá, em até 30 (trinta) dias do recebimento de cada relatório mencionado no item 12.2, analisar as informações dos USUÁRIOS INADIMPLENTES e atestar à ARTESP, mediante envio de notificação ou documento equivalente, que a CONCESSIONÁRIA enviou (i) todos os dados necessários para que o DER/SP emitisse as notificações de autuação, independentemente de ter emitido ou não referidas notificações; e (ii) os dados relacionados ao número de eixos de cada USUÁRIO INADIMLENTE, de modo que a ARTESP possa realizar a apuração prevista no ANEXO 26.
- 12.4. O DER/SP deverá notificar a ARTESP, oportunamente, do recebimento de eventuais informações inverídicas ou incorretas sobre os USUÁRIOS INADIMPLENTES, para fins de aplicação da penalidade prevista no ANEXO 11, pela ARTESP, bem como eventuais cobranças indevidas, aqui entendidas como envio de informações ao DER/SP acerca de USUÁRIOS taxados como inadimplentes, mas que tenham realizado o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, para fins de aplicação pela ARTESP da penalidade prevista no ANEXO 11.
- 12.5. O DER/SP aplicará multa de evasão aos USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157 de 1º de junho de 2021.
- 12.6. A relação entre USUÁRIOS e OSAs é estritamente privada e não afeta a CONCESSÃO PATROCINADA ou a CONCESSIONÁRIA. Desse modo, eventual inadimplência dos USUÁRIOS perante determinada(s) OSA(s) não gera AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES, sendo certo que apenas haverá AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES nos casos em que um USUÁRIO passar por um PÓRTICO, não realizando o pagamento via dispositivo de AVI ou, posteriormente, via PLATAFORMA FF.